

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.493 - MS (2019/0291251-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JULIANA GUSSO SALTURI
ADVOGADOS : CALLEB KALISTON ROMERO - MS016235
OSVALDO GABRIEL LOPES - MS019365B
JOÃO LUIZ RABELO DOS SANTOS - MS020302
AGRAVADO : ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
ADVOGADOS : MARCELLA DE MACEDO GOMES - SP358276
JOAO PAULO DE CAMPOS ECHEVERRIA - SP249220

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JULIANA GUSSO SALTURI, em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado (fl. 449):

APELAÇÃO CÍVEL DA PARTE AUTORA - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PRELIMINAR INOVAÇÃO RECURSAL - ACOLHIDA - MÉRITO - COBRANÇA DE DÍVIDA POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - ALEGAÇÃO DE COBERTURA PELO FIES - COMPROVAÇÃO DA AUSÊNCIA DE COBERTURA INTEGRAL PARA O PERÍODO INFORMADO - DÍVIDA RESIDUAL - POSSIBILIDADE DE COBRANÇA - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA - RECURSO NÃO CONHECIDO EM PARTE E NAQUELA CONHECIDA, DESPROVIDO .

I- Na hipótese, as teses referentes ao reajuste abusivo das mensalidades escolares dos cursos ofertados pela IES recorrida, tampouco de cobrança de valores diferenciados a título de mensalidades escolares para estudantes contratantes ou não do FIES do mesmo período do curso, da publicidade supostamente enganosa veiculada pela IES recorrida ou, ainda, de nulidade da Cláusula 6.1 do contrato de prestação de serviços educacionais firmado entre as partes, em razão da sua abusividade, constituem inovação recursal inviável de ser examinada, eis que não se extrai da exordial qualquer alegação nesse sentido.

II- Conforme as novas regras, a partir do ano de 2015, o FNDE passou a realizar os aditamentos contratuais de forma limitada, razão pela qual o valor máximo para o financiamento passou a ser de R\$ 39.000,00 no 1º semestre de 2016 e de R\$ 42.983,70 para o 2º semestre de 2016 e o MEC comprometeu-se a financiar integralmente as mensalidades que tiveram um reajuste

de até 6,41% em relação ao valor cobrado no ano de 2015.

III- Diante desse cenário, o valor da semestralidade que ultrapassou o limite de crédito financiado pelo FIES passou a ser suportado pelo acadêmico, conforme expressamente previsto no parágrafo único da cláusula quinta do contrato de financiamento estudantil acostado aos autos.

IV- Inexistindo ilicitude na conduta da Instituição de Ensino Superior, não há justificativa para a declaração de inexistência das cobranças, tampouco para a imposição do dever de indenizar.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a agravante aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 344, I, e 374 do Código de Processo Civil/2015, 1º, § 3º e 4º, da Lei 9.870/99, 6º, IV, V, 30 e 39, do Código de Defesa do Consumidor, 4º e 4º-B, da Lei 10.260/01, 1º da Portaria 15/2011 do Ministério da Educação e, por fim, o Decreto 3.274/99 que regulamenta o art. 1º, § 4º, da Lei 9.870/99. Sustenta, em síntese:

i) em virtude da existência de financiamento estudantil obtido junto ao FIES, as mensalidades junto à instituição de ensino requerida são subsidiadas em 100%, o que demonstra a impossibilidade da existência do débito informado pela ré, ora agravada. Afirma que *"a IES não colacionou nos autos nenhuma planilha, nenhum orçamento, nenhum projeto de melhoria, nenhum investimento, nada que justificasse os aumentos superiores ao patamar reconhecidamente ajustados pelo FNDE"* (fl. 490).

ii) a ilegalidade de cobrança de valores e a indevida a inscrição de seu nome nos cadastros de inadimplentes;

iii) a aplicabilidade do CDC.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório. Decido.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Inicialmente, o inconformismo não pode ser conhecido quanto à suposta violação da Portaria 15/2011 do Ministério da Educação, pois esta Corte já consolidou o

entendimento de que é incabível a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de resoluções, instruções normativas, **portarias ou regimentos internos dos tribunais**, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão "Lei Federal", constante da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. OMISSÕES E DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA ESTIPULANTE DA APÓLICE DO SEGURO SAÚDE E DA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE. JURISPRUDÊNCIA SEDIMENTADA. SÚMULA 83/STJ. ANÁLISE DE EVENTUAL OFENSA ÀS RESOLUÇÕES, PORTARIAS, INSTRUÇÕES NORMATIVAS OU REGULAMENTOS DE PESSOA JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE. ATOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. EXAME DE VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL EM DECORRÊNCIA DE OFENSA REFLEXA OU INDIRETA A NORMATIVOS INFRA LEGAIS. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em ofensa ao art. 1.022 do CPC, haja vista que a ofensa somente ocorre quando o acórdão deixa de pronunciar-se sobre questão jurídica ou fato relevante para o julgamento da causa. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior ao concluir que a operadora do plano de saúde é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda proposta por ex-empregado que busca, nos termos dos arts. 30 e 31 da Lei n.

9.656/1998, a permanência de determinadas condições contratuais em plano de saúde coletivo. Precedentes.

3. Esta Corte Superior é firme no entendimento de que, o empregador, enquanto estipulante no contrato de plano de saúde em grupo, atua como mero mandatário, não possuindo legitimidade para integrar o pólo passivo da lide nos casos de pedido de manutenção do plano de saúde após a aposentadoria ante a previsão do art. 31 da Lei n. 9.656/98. Precedentes. Súmula 83/STJ.

4. O Recurso Especial não constitui via adequada para a

análise, sequer reflexa, de eventual ofensa às resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão "Lei Federal", constante da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1728134/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 02/09/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. PRETENSÃO DE APRECIACÃO DE ALEGADA OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE, NA VIA DE RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE APRECIACÃO DE NORMA EDITALÍCIA E RESOLUÇÃO, QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. DESCABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. "Não há omissão no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão" (STJ, AgRg no REsp 1.054.145/RS, de minha relatoria, SEXTA TURMA, DJe de 11/03/2014).

II. A análise de alegada violação a dispositivos constitucionais não encontra amparo na via especial, sob pena de usurpação da competência do STF. Precedentes do STJ.

III. Na forma da jurisprudência, "o recurso especial tem por objetivo o controle de ofensa à legislação federal, nos termos do art. 105, III, 'a', 'b' e 'c', da Constituição Federal, e, por isso, não cabe a esta Corte a análise de suposta violação de portarias, instruções normativas, resoluções ou regimentos internos dos tribunais" (STJ, AgRg no AREsp 474.908/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/04/2014). Em igual sentido: STJ, AgRg no REsp 1.400.636/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2014.

IV. Mostra-se inviável o conhecimento do Recurso Especial, quanto à alegada violação ao art. 53 da Lei 9.349/96, uma vez que a apreciação de sua contrariedade exigiria o exame de norma editalícia e da Resolução 21/2008, da Universidade Federal do Acre, atos normativos que não se enquadram no conceito de lei federal, traçado pelo art. 105, III, da Constituição Federal.

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 475.500/AC, Rel. Ministra ASSUSETE

MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 31/10/2014)

Ademais, a Corte de origem ao julgar a apelação, assim consignou:

Inovação recursal

A instituição apelada suscitou em preliminar contrarrecursal, o não conhecimento de parte do recurso, por inovação recursal, tendo em vista que "não se verifica qualquer alegação acerca do suposto reajuste abusivo das mensalidades escolares dos cursos ofertados pela IES recorrida, tampouco de cobrança de valores diferenciados a título de mensalidades escolares para estudantes contratantes ou não do FIES do mesmo período do curso, da publicidade supostamente enganosa veiculada pela IES recorrida ou, ainda, de nulidade da Cláusula 6.1 do contrato de prestação de serviços educacionais firmado entre as partes, em razão da sua abusividade. " (f. 380).

E tem razão.

A pretensão inicial se resume na argumentação de que ao formalizar a sua matrícula para o curso de Medicina ofertado pela IES recorrida no período 2014, formalizou contrato de financiamento com o FNDE no percentual de 100% (cem por cento) do valor das mensalidades escolares e que, sem nenhuma justifica aceitável, a ré passou a efetuar cobranças adicionais a partir do 1º semestre de 2016.

Logo, as teses suscitadas pela autora nas razões do apelo relativas ao reajuste abusivo das mensalidades escolares dos cursos ofertados pela IES recorrida, tampouco de cobrança de valores diferenciados a título de mensalidades escolares para estudantes contratantes ou não do FIES do mesmo período do curso, da publicidade supostamente enganosa veiculada pela IES recorrida ou, ainda, de nulidade da Cláusula 6.1 do contrato de prestação de serviços educacionais firmado entre as partes, em razão da sua abusividade, configuram inovação recursal e não devem ser conhecidas.

[...]

Na hipótese, como já dito, as teses referentes ao reajuste abusivo das mensalidades escolares dos cursos ofertados pela IES recorrida, tampouco de cobrança de valores diferenciados a título de mensalidades escolares para estudantes contratantes ou não do FIES do mesmo período do curso, da publicidade supostamente enganosa veiculada pela IES recorrida ou, ainda, de nulidade da Cláusula 6.1 do contrato de prestação de serviços educacionais firmado entre as partes, em razão da sua abusividade, constituem inovação recursal inviável de ser examinada, eis que não se extrai da exordial qualquer alegação nesse sentido.

Ocorre, porém, que o fundamento sobre a inovação recursal não foi objeto de impugnação pela parte recorrente, atraindo a incidência da Súmula nº 283/STF, aplicada por analogia: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA POSSE COM ANIMUS DOMINI (POSSE AD USUCAPIONEM). FUNDAMENTOS DO ESPECIAL DISSOCIADOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SUMULAS 283 E 284 DO STF. DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Estando as razões do recurso especial dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, não havendo, portanto, impugnação do decisum, tem incidência as Súmulas 283 e 284 do STF.

2. Ademais, na via do recurso especial não se mostra possível modificar as conclusões das instâncias ordinárias acerca da ausência de comprovação da posse ad usucapionem, por demandar reexame do conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 7/STJ).

3. Agravo regimental desprovido.

*(AgRg no AREsp 699.369/DF, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015)*

Ainda que assim não fosse, o TJMS manteve a sentença de improcedência dos pedidos, consignando que a dívida informada existe e é de responsabilidade da autora, ora recorrente, nos seguintes termos (fls. 456-459):

[...]

Na hipótese dos autos, as partes juntaram o requerimento de matrícula assinado quando do início do curso, do qual se extrai que o valor da 1ª semestralidade, correspondente ao período de janeiro a junho/2014 era de R\$ 55.237,98 (cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos).

Por sua vez, se extrai do contrato de financiamento estudantil realizado pela requerente - contrato este, ressalte-se, firmado exclusivamente entre a autora e o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, sem participação da instituição

de ensino - para o primeiro semestre do ano letivo de 2014 foi disponibilizado à interessada unicamente a quantia global de R\$ 34.799,94, cabendo à própria aluna o pagamento das diferenças entre tal valor e aquele alcançado pelo valor total das mensalidades. Confira-se, a propósito, o conteúdo da cláusula quinta (f. 31):

'CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR SEMESTRAL DO FINANCIAMENTO - O valor do financiamento concedido para o 1º semestre de 2014 é de R\$34.799,94 (trinta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), correspondente ao percentual do financiamento informado na Cláusula Quarta deste Contrato, aplicado sobre os encargos educacionais totais, conforme parágrafo único da Cláusula Segunda deste contrato.

Parágrafo único - Eventual diferença decorrente do percentual de financiamento estabelecido neste Contrato e o valor total do encargo educacional praticado pela IES no âmbito do FIES será coberta mediante utilização de recursos próprios do (a) FINANCIANDO (A).'

De se ver, assim, tal como ressaltado pelo julgador de instância singela, "que a legislação que rege o financiamento estudantil previu a possibilidade de que o Agente Operador do FIES estabelecesse valores máximos para o financiamento, sendo que tal foi o que, a princípio, ocorreu no caso em apreço. Com efeito, a ata notarial de pp. 253/258 é documento que comprova que, efetivamente, o sistema eletrônico para o aditamento dos contratos de financiamento estudantil, cujas regras são ditadas pelo seu agente operador (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE) e não pela IES, estaria limitando o valor da semestralidade, tal como argumentou a parte ré em sua peça contestatória".

Ou seja, à época em firmado o contrato com o FNDE (f. 30/37), o valor destinado ao financiamento provavelmente era suficiente para a concessão de desconto integral na semestralidade do curso oferecido pela ré, de modo que os valores disponibilizados pelo FIES alcançavam totalmente o custo do semestre.

Entretanto, conforme as novas regras, a partir do ano de 2015, o FNDE passou a realizar os aditamentos contratuais de forma limitada, razão pela qual o valor máximo para o financiamento passou a ser de R\$ 39.000,00 no 1.º semestre de 2016 e de R\$ 42.983,70 para o 2.º semestre de 2016 e o MEC comprometeu-se a financiar integralmente as mensalidades que tiveram um reajuste de até 6,41% em relação ao valor cobrado no ano de 2015.

Contudo, algumas Instituições de Ensino Superior promoveram um aumento em suas mensalidades que superaram os 6,41% de reajuste do financiamento estudantil, motivo pelo qual o valor da semestralidade que ultrapassou o limite de crédito (FIES) passou a ser suportado pelo acadêmico, conforme expressamente previsto no parágrafo único da cláusula quinta do contrato de financiamento estudantil supracitado.

A propósito, a ré anexou aos autos correspondência eletrônica recebida do MEC em 20/06/2016, no qual formaliza consulta ao órgão a respeito das alterações promovidas no FIES, oportunidade na qual recebeu a seguinte orientação (f. 250/251):

'(...) Informamos que de acordo com a Portaria normativa n 1, de 22 de Janeiro de 2010: art. 25", § 2º.

Na solicitação dos aditamentos realizados pela CPSA, o valor da semestralidade com desconto não poderá ultrapassar R\$ 39.000,00. O FNDE poderá estipular valores máximos e mínimos para financiamento ao estudante, bem como para os seus respectivos aditamentos, mediante a implementação de mecanismos para essa finalidade do SisFies.

Ressaltamos ainda Caso haja diferença nos valores da semestralidade que ultrapasse este limite, estes valores deverão ser negociados com a IES e o estudante. (...)'

Por conseguinte, tal como ressaltado na sentença recorrida, a dívida informada existe e é de responsabilidade da autora, possibilitando ao credor atuar de forma a cobrar seus valores, não havendo que se falar em descumprimento de normas do financiamento estudantil pela Instituição de Ensino Superior.

Nesse sentido a jurisprudência:

[...]

E como bem ponderado na fundamentação do voto condutor da Apelação n. 0840082-71.2016.8.12.0001, de lavra do Des. Eduardo Machado Rocha, "Em resumo, não se nega que os acadêmicos possam estar suportando prejuízos em razão da trava sistêmica instituída pelo FNDE. Porém, a modificação das políticas governamentais relacionadas ao financiamento estudantil não pode prejudicar a IES e o seu direito de promover reajustes nas mensalidades escolares, mormente se o contrato firmado entre o FNDE e o financiado (acadêmico) previu expressamente a possibilidade de cobrança do aluno da diferença entre os valores da semestralidade e o financiado pelo FIES. Na realidade, a problemática aqui exposta deveria ser resolvida em demanda na qual o FNDE também figurasse como réu, já que a cobrança de diferenças dos acadêmicos somente vem ocorrendo em razão das novas políticas adotadas para a concessão do financiamento

Superior Tribunal de Justiça

estudantil. Frise-se, foi a alteração unilateral do contrato promovida pelo FNDE que vem dificultando ou até mesmo frustrando a continuidade do curso pelos acadêmicos, e não os reajustes realizados pela IES".

Logo, em que pese a finalidade do programa de financiamento estudantil, existindo débito de responsabilidade da aluna para com a instituição financeira, inviável sua desconsideração, com atribuição do ônus financeiro à instituição de ensino privada.

Por fim, convém registrar que, inexistindo ilicitude na conduta da Instituição de Ensino Superior ré, não há justificativa para a declaração de inexistência das cobranças, tampouco para a imposição do dever de indenizar. Assim, deve ser mantida a sentença de improcedência pelos seus próprios fundamentos.

Inviável, portanto, reformar o acórdão recorrido, tendo em vista que a conclusão do TJMS foi obtida por meio do exame de cláusulas contratuais e provas documentais trazidas aos autos. Incidência, na espécie, do óbice das Súmulas 5 e 7/STJ.

Por fim, quanto ao dissídio jurisprudencial, tendo o Tribunal local concluído com base no conjunto fático-probatório, impossível se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissenso reclama consideração sobre a situação fático-probatória de cada julgamento, o que não é possível de ser feito nesta via excepcional, por força da Súmula n. 7 desta Corte.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à recorrida de 200,00 para 220,00.

Publique-se.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator